



EDITAL DE PROGRAMA DE PATROCÍNIOS DAS EMPRESAS DME
PARA PROJETOS ARTÍSTICO-CULTURAIS
LEI ESTADUAL DE INCENTIVO À CULTURA 2026/2027

A empresa pública DME Distribuição S.A. – DMED, constituída sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, com fundamento no § 3º do art. 27 da Lei 13.303/2016, e em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura (SECULT), informa que o Programa de Patrocínios para projetos incentivados (Lei Estadual de Incentivo à Cultura), denominado “DME 2026/2027”, está com as inscrições abertas para o recebimento de projetos ARTÍSTICO-CULTURAIS, DEVIDAMENTE **APROVADOS EM MECANISMOS DE INCENTIVO À CULTURA EM ÂMBITO ESTADUAL**, em conformidade a este Regulamento.

1. DA POLÍTICA DE APOIO DAS EMPRESAS DME

1.1 Para as Empresas DME, cada projeto apoiado é uma aposta na sua organização e na comunidade em que estão inseridas. O objetivo das Empresas DME, através dos patrocínios, é que os recursos técnicos e financeiros investidos na sociedade poços-caldense frutifiquem em toda sua capacidade, ajudando pessoas, organizações e instituições a tornarem-se mais responsáveis pela sua própria história e recompensados por ela.

1.2 Visa garantir uma efetiva comunicação institucional das Empresas DME, como forma de fortalecer sua imagem perante a sociedade e ao público de seu interesse, associada às ações direcionadas ao desenvolvimento humano, à promoção da cidadania, à inclusão social, à melhoria da qualidade de vida da sociedade poços-caldense e às inovações, produções e divulgações culturais, democratizando o acesso aos seus recursos de patrocínio.

1.3 Visa a sustentabilidade e a crença no Município e acredita que o apoio aos projetos humanizam, transformam e integram as pessoas.

2. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 Para viabilizar o edital e a fiscalização do cumprimento dos Termos de Compromisso de Patrocínio dos projetos artístico-culturais incentivados, haverá parceria das Empresas DME e Secretaria Municipal de Cultura, nos seguintes termos:

Empresas DME

2.1.1 Fornecer documentação e todas as informações necessárias para o bom andamento do edital;



2.1.2. Providenciar a divulgação do edital e seu resultado;

2.2.2 Reunir com os fiscais designados pela Secretaria Municipal de Cultura, quando se fizer necessário; e

2.1.3 Fiscalizar os trabalhos desenvolvidos, através da sua Assessoria de Comunicação.

Secretaria Municipal de Cultura (SECULT)

2.1.4 Acompanhar o edital do Programa de Patrocínios e auxiliar na seleção dos projetos inscritos;

2.1.5 Indicar pessoas lotadas na secretaria para fiscalizar e acompanhar os projetos;

2.1.6 Comparecer durante a execução de cada um dos projetos patrocinados pelas Empresas DME, a título de acompanhamento e fiscalização, durante suas vigências;

2.1.7 Solicitar informações pertinentes e complementares ao andamento dos projetos, quando necessário, aos patrocinados e às Empresas DME; e

2.1.8 Enviar relatório sobre a finalização de todos os projetos, e também sobre o andamento dos projetos quando solicitado, sugerindo, quando necessário, ajustes e adequações pertinentes, orientando às Empresas DME quais providências poderão ser tomadas.

3. DA AGENDA DO PROGRAMA DE PATROCÍNIOS

Inscrições	Resultado	Assinatura do Termo de Compromisso
03 a 14/08/2026	A partir de 01/09/2026	Após a publicação do resultado oficial

3.1 Os projetos artístico-culturais inscritos, deverão observar as seguintes condições:

3.1.1 Os projetos aprovados com o apoio das Empresas DME nos anos anteriores que ainda não executaram ou finalizaram suas ações, deverão finalizar suas atividades e não poderão mais solicitar o patrocínio para prorrogação de captação/execução, mesmo obtendo autorização de prorrogação de captação dos órgãos responsáveis pelos projetos.

3.1.2 O valor estimado para os projetos inscritos no âmbito estadual totalizará, aproximadamente, R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), contemplando a dedução fiscal para os projetos aprovados e a respectiva dedução fiscal destinada ao FEC (Fundo Estadual de Cultura).



4. DA MODALIDADE DE PATROCÍNIO

4.1 Poderão ser inscritos projetos originários e que promovam o atendimento exclusivo no Município de Poços de Caldas/MG, a serem realizados em até 12 meses, a partir da assinatura do termo, na modalidade de **Projetos com incentivo fiscal**, com o devido enquadramento na lei estadual de incentivo à cultura.

4.2 Os projetos serão selecionados conforme alinhamento à missão e às diretrizes das Empresas DME e o disposto no **item 8 e seguintes** deste Regulamento.

4.3 Somente será aceita a inscrição neste edital daqueles projetos que já tenham sido aprovados no órgão competente até a data limite das inscrições do presente edital.

4.4 O proponente deverá encaminhar documentos comprobatórios da aprovação do projeto, no ato da inscrição, junto ao projeto.

4.5 As despesas realizadas pelo proponente (seja pessoa física ou pessoa jurídica) com contratação de prestação de serviços ou aquisição de quaisquer produtos deverão seguir as determinações de Prestação de Contas do órgão competente.

5. DA PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar da seleção, pessoas físicas e jurídicas, sendo necessária a comprovação de atuação na área artístico-cultural.

5.2 O edital destina-se à seleção de projetos ORIGINÁRIOS de Poços de Caldas. A inscrição e participação de propostas restritas aos artistas e grupos artísticos locais, tem como fundamento a intensa produção cultural existente na cidade.

5.3 É permitido ao PROPONENTE (pessoa física ou jurídica), residente e domiciliado em Poços de Caldas, a apresentação de APENAS 1 (um) projeto na modalidade com incentivo fiscal.

5.4 Não será permitida a apresentação de projeto por pessoa física que também tenha apresentado projeto em nome da pessoa jurídica, ou da qual compõe o quadro societário, não estando em conformidade ao limite estabelecido no item acima.

5.5 Para os projetos aprovados para apoio no ano de referência e que já foram patrocinados em anos anteriores pelas Empresas DME é imprescindível que as ações tenham sido executadas e finalizadas e que a prestação de contas dos referidos projetos esteja aprovada, exceto para os projetos cujas contas estejam sob análise da esfera competente, devendo tais exceções serem devidamente comprovadas.



5.6 Atrasos na apresentação e/ou regularização solicitada no item acima que acarretem atrasos no início da execução dos projetos aprovados para patrocínio do ano de referência, não poderão implicar em nenhum prejuízo às Empresas DME.

5.7 A reprovação das contas é elemento obstativo para a celebração de qualquer outro patrocínio com o proponente, ou com outras empresas interessadas que tenham em seu quadro societário a presença de pessoas que componham a sociedade inadimplente.

5.8 Os projetos nas categorias “manutenção de corpos artísticos”, “patrocínio direto” e “aquisição de quotas de patrocínio”, não estão contemplados neste edital.

6. DA INSCRIÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

6.1 As inscrições serão gratuitas e os interessados em solicitar o patrocínio, deverão protocolar suas propostas de acordo com o que segue:

PROJETOS ARTISTICO-CULTURAIS - Secretaria Municipal de Cultura (SECULT):
Inscrição VIRTUAL. As propostas deverão ser inscritas mediante preenchimento digital do formulário-padrão, disponível no link:
<https://forms.gle/bcsuoSRqedLxnAww6>

6.2 A não apresentação de quaisquer documentos básicos, inviabilizará a habilitação da proposta.

6.3 Serão desclassificados, sem direito a recurso, os projetos inscritos em local diferente do estabelecido.

6.4 É recomendável a leitura do conteúdo disponível no endereço www.dmepc.com.br, para melhor contextualização do proponente.

6.5 Não serão aceitas despesas relacionadas à captação de recursos e à elaboração de projetos com incentivo fiscal inscritos neste edital.

6.6 Serão desclassificadas as inscrições cujos formulários apresentarem informações incompletas ou não fornecidas corretamente e com documentação em desacordo com o previsto neste regulamento.

6.7 Documentação básica a ser apresentada pelo proponente:

PESSOA JURÍDICA – Habilitação Jurídica e Fiscal

- a. registro comercial, no caso de empresa individual; ou,



- b. ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, no competente Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- c. ata de eleição, nomeação e posse, devidamente registrada em Cartório, dos administradores em exercício;
- d. Comprovação de endereço da sede da empresa em Poços de Caldas, datado de 2025;
- e. Documento pessoal do representante legal da empresa, sendo aceitos: CNH, CNI, RG, e outro equivalente;
- f. Comprovação do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- g. Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- h. Certidão de Débitos Tributários da Fazenda Pública Estadual;
- i. Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Municipais e a Dívida Ativa Tributária do Município;
- j. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- k. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CND Trabalhista);
- l. Declaração que comprove a inexistência de pendências financeiras e restrição de crédito (SPC e SERASA), emitida pela entidade competente com sede no município de Poços de Caldas;
- m. Currículo da empresa ou instituição com atuação prioritariamente cultural, elaborado conforme Anexo II do formulário-padrão;
- n. Comprovação de atuação na área artístico-cultural: 3 (três) páginas distintas de reportagens, publicações e outros materiais digitalizados em que figure, obrigatoriamente, o nome ou nome artístico do proponente, que deve estar devidamente destacado (quantidade mínima e obrigatória exigida de 3 (três) páginas);

Atenção: Não serão aceitas, para fins de comprovação, conforme disposto no item acima, os seguintes documentos: i) apenas fotografias com destaque para o proponente desvinculadas de informações textuais sobre a ação cultural realizada; ii) materiais impressos, reproduzidos em escala reduzida que impeçam a leitura ou que estejam apresentados de forma ilegível; iii) materiais digitais extraídos da internet, como artigos, programações, reportagens, dentre outros, não reproduzidos integralmente.

PESSOA FÍSICA – Habilitação Jurídica e Fiscal:

- a. Documento pessoal do proponente, sendo aceitos: CNH, CNI, RG, e outro equivalente;
- b. Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c. Certidão de Débitos Tributários da Fazenda Pública Estadual;
- d. Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Municipais e a Dívida Ativa Tributária do Município;
- e. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CND Trabalhista);



- f. Declaração que comprove a inexistência de pendências financeiras e restrição de crédito (SPC e SERASA), emitida pela entidade competente com sede no município de Poços de Caldas;
- g. Currículo do proponente, relacionado às atividades culturais, elaborado conforme Anexo I do formulário-padrão; e
- h. Comprovação de atuação na área artístico-cultural: 3 (três) páginas distintas de reportagens, publicações e outros materiais impressos em que figure, obrigatoriamente, o nome ou nome artístico do proponente, que deve estar devidamente destacado (quantidade mínima e obrigatória exigida de 3 (três) páginas).

Atenção: Não serão aceitas, para fins de comprovação, conforme disposto no item acima, os seguintes documentos: i) apenas fotografias com destaque para o proponente desvinculadas de informações textuais sobre a ação cultural realizada; ii) materiais impressos, reproduzidos em escala reduzida que impeçam a leitura ou que estejam apresentados de forma ilegível; iii) materiais digitais extraídos da internet, como artigos, programações, reportagens, dentre outros, não reproduzidos integralmente.

6.8 As certidões a que se referem os **subitens acima, respectivamente relacionadas a Pessoa Jurídica ou Pessoa Física**, deverão estar válidas na data de entrega da documentação. Quando nas certidões não constar o prazo de validade, considerar-se-á 60 (sessenta) dias da data de emissão.

6.9 A planilha orçamentária deverá ser elaborada de acordo com o valor solicitado às Empresas DME e será analisada em conformidade aos preços praticados no mercado local. A equipe que trabalhará no projeto deverá estar devidamente registrada na planilha.

6.10 Poderão ser solicitadas pela CAT readequações das planilhas orçamentárias em qualquer momento do projeto, seja para sua aprovação ou execução.

7. DIRETRIZES DO INVESTIMENTO

Características dos projetos que serão valorizadas:

- Compatibilidade entre investimento e atividades propostas;
- Estratégias para garantir a melhor experiência para a população;
- Geração de grande interesse pelo público;
- Histórico de patrocínio das Empresas DME;
- Potencial de repercussão e visibilidade na mídia;
- Qualidade artístico-cultural reconhecida pela mídia; e
- Temática exclusivamente brasileira.

Não serão admitidos projetos que:

- Sejam e atendam outras localidades, e que o proponente, pessoa física ou jurídica, não sejam estabelecidos ou residentes em Poços de Caldas;



- Infrinjam qualquer lei ou norma jurídica vigente;
- Sejam de natureza discriminatória, de raça, credo, orientação sexual ou qualquer tipo de preconceito;
- Envolvam jogos de azar;
- Incitem a violência, uso de bebidas alcoólicas, cigarro ou outras drogas;
- Solicitados por proponentes, organizadores e/ou promotores que explorem trabalho infantil, degradante ou escravo;
- Violam direitos de terceiros e os de propriedade intelectual;
- Tenham caráter político-partidário ou religioso, exceto manifestações populares reconhecidamente tradicionais;
- Forem propostos por organizações sindicais;
- Caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, seja pela utilização de nomes, símbolos ou imagens que os identifique;
- Visem à auto remuneração do proponente; e
- Infrinjam e/ou atuem em discordância aos preceitos do Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas DME, disponível no link [CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE](#).

Não serão apoiados projetos nas seguintes categorias:

- Aquisição de acervo, *exceto para acervos de bibliotecas públicas municipais*;
- Aquisição de imóvel;
- Bolsa de estudos;
- Construção de imóvel;
- Gravação de CD/DVD e montagem cênica, *Caso o projeto não preveja também a circulação do espetáculo gratuitamente*;
- Manutenção de entidade e Manutenção de espaço cultural, *sem que sejam previstas ações acessíveis ao público, resultante das atividades desenvolvidas nestes espaços*; e
- Reforma e restauração de bem de imóvel.

Não serão aceitas as seguintes despesas em projetos aprovados/patrocinados, independente de pessoas físicas ou jurídicas:

- Aquisição de equipamento ou material de escritório, informática e/ou similar;
- Aquisição de móveis;
- Pagamentos de consultoria administrativa;
- Despesas a título de agenciamento e/ou captação;
- Despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária;
- Despesas com água, luz ou telefone;
- Despesas com festas de confraternização, coquetel ou similares;
- Ressarcimento ou realização de quaisquer despesas efetuadas antes da data do recebimento da primeira parcela ou parcela única dos recursos incentivados; e
- Despesas de remuneração de mais de 2 (duas) funções para um mesmo profissional.

Reciprocidades Solicitadas:

- Indicação da marca “DME – Poços de Caldas” e Prefeitura Municipal de Poços de Caldas/SECULT;
- Garantia das chancelas “apresenta” e “patrocínio”;



- Inserção da marca em todas as peças das campanhas publicitárias dos projetos selecionados;
- Aprovação prévia de todas as peças de comunicação, plano de mídia e textos de assessoria de imprensa;
- Menção da marca em todos os *releases* de imprensa, comunicados e entrevistas;
- Convite para participação em coletivas de imprensa realizadas pelo projeto;
- Caso o projeto disponha de um *site* na internet, deverá inserir a marca indicada com *link* para *website* do patrocinador;
- Autorização para a realização de ações de relacionamento e *merchandising* das Empresas DME durante eventos do projeto, sem qualquer ônus;
- Cota de 5% do total de convites previstos, quando for o caso;
- Cota de 5% do total da tiragem prevista de produtos culturais produzidos, quando for o caso;
- Cota de 5% de inscrições e/ou ingressos do total previsto; e
- Promover o envio de relatórios, juntamente ao cronograma de atividades, sempre que solicitado.

8. DAS ETAPAS DE AVALIAÇÃO

8.1 Os projetos inscritos passarão por dois processos de avaliação: i) habilitação; e ii) seleção.

8.2 Os projetos deverão apresentar os documentos solicitados no **item 6.7**, tendo caráter eliminatório.

8.3 A etapa de seleção consistirá no recebimento e avaliação do projeto, constante dos **itens 7 e 8**, tendo caráter eliminatório.

DA SELEÇÃO

8.4 A seleção dos projetos inscritos no prazo estabelecido tem como objetivo definir o valor e o número de projetos que, enquadrados nas condições e exigências deste Regulamento, visem à divulgação e promoção da marca institucional das Empresas DME, “DME – Poços de Caldas”, desde que estejam em consonância com suas diretrizes de marketing e aderentes à sua Visão, Missão e Valores.

8.5 Os projetos serão avaliados por Comissão de Análise Técnica (CAT) a ser constituída pelas Empresas DME e pela SECULT.

8.6 Para fins de realização da fase de Seleção, a Comissão levará em conta as diretrizes listadas no item 7 deste Regulamento e os seguintes critérios:



8.7 As Empresas DME patrocinarão projetos enquadrados e aprovados na lei de incentivo fiscal (Estadual), dentro do limite fiscal autorizado pela lei específica. Contudo, o valor aprovado com base neste Regulamento será dentro das disponibilidades para os anos, conforme valor aprovado pelo respectivo Conselho de Administração da Empresa DMED e, em consonância com o montante de projetos aprovados.

8.8 Terão prioridade os projetos que atendam diretamente ao maior número de pessoas gratuitamente, que melhorem a qualidade de vida das pessoas, promovam o desenvolvimento cultural e o desenvolvimento econômico para o Município de Poços de Caldas/MG.

8.9 Os valores aprovados pela CAT poderão ser inferiores àqueles pleiteados no projeto estadual, sendo de inteira responsabilidade do proponente buscar recursos complementares.

8.10 A inscrição de projetos com incentivo fiscal não implica na sua aprovação. A CAT, bem como as Empresas DME, se reservam no direito de decidir quantos e quais projetos incentivados serão apoiados pelas Empresas, dentro do limite fiscal autorizado na lei específica, reservando o direito de utilizar ou não a totalidade do incentivo fiscal permitido.

8.11 A formalização do termo referente aos projetos incentivados será realizada pela empresa beneficiária do incentivo fiscal.

8.12 Serão distribuídos até 100 pontos (escala de graduação), de acordo com os critérios abaixo:

I) **Apresentação e detalhamento do projeto: 25 (vinte e cinco) pontos** - análise da descrição do projeto, de forma clara, completa, coerente e com objetivos pertinentes, com todas as informações e detalhes que esclareçam sua execução.

II) **Atuação artístico-cultural do proponente e da equipe do projeto: 15 (quinze) pontos** - análise dos currículos apresentados e a compatibilidade com as funções a serem desenvolvidas no projeto.

III) **Comprovações de atuação do proponente e equipe: 15 (quinze) pontos** - análise das comprovações de atuação na área cultural, apresentadas pelo proponente e da equipe, diretamente relacionadas às ações desempenhadas no projeto.

IV) **Apresentação da planilha orçamentária: 20 (vinte) pontos** - análise da planilha orçamentária, com especificação de todos os itens de despesa do projeto, compatíveis com preços de mercado, viáveis de acordo com o orçamento da categoria de inscrição, apresentada de forma detalhada.

V) **Referencialidade e Pertinência Cultural 15 (quinze) pontos** - análise da capacidade da proposta de se destacar e ser reconhecida como referência em sua área de atuação pelo conjunto de atributos artísticos e culturais ou por sua contribuição para o reconhecimento, difusão, valorização e preservação da cultura no município.



VI) **Estratégias de divulgação e acesso ao público: 10 (dez) pontos** - análise de como a marca da empresa incentivadora será divulgada e incorporada às ações de comunicação, bem como dos meios e canais utilizados para que as divulgações do projeto alcancem de forma eficaz seu público-alvo. Considera, ainda, os mecanismos e formatos adotados para garantir o acesso do público às atividades e ações propostas.

VII) **Ações afirmativas: no máximo 5 (cinco) pontos extras** – como medida especial, com o objetivo de contemplar igualdade de oportunidades, haja vista desigualdades históricas existentes: I. agentes culturais do gênero feminino; II. agentes culturais pessoas negras (pretas e pardas); III. agentes culturais pertencentes à cultura tradicional, mediante auto-declaração e IV. agentes culturais pessoas com deficiência, mediante apresentação de laudo médico, receberão fator adicional de até 5 (cinco) pontos, na condição de proponente de projeto cultural, que se enquadrar nas diretrizes deste critério, cumulativos, as seguinte forma:

1 ação afirmativa	3 pontos
2 ações afirmativas	4 pontos
3 ações afirmativas	5 pontos

8.13 Serão desclassificados os projetos que:

- não atenderem às exigências deste Regulamento;
- não alcançarem, no total, a nota mínima de 60 (sessenta) pontos; e
- obtiverem nota 0 (zero) em qualquer um dos quesitos avaliados.

8.14 Projetos que tenham recebido patrocínio das Empresas DME em anos anteriores serão avaliados também quanto ao seu desempenho na execução anterior, especialmente no cumprimento dos objetivos, contrapartidas e alcance de público, podendo tais aspectos influenciar a análise qualitativa da proposta

8.15 Ao projeto aprovado que couber qualquer alteração, esta deverá ser previamente submetida à CAT, instruída de justificativa devidamente fundamentada, incluída a adequação orçamentária.

8.16 A CAT e as Empresas DME poderão priorizar a seleção de projetos com incentivo fiscal que estejam alinhados a seus objetivos institucionais e estratégicos, considerando critérios como relevância cultural, impacto social, alcance de público e aderência às diretrizes deste edital.

8.17 Os projetos selecionados deverão ser homologados pelo Conselho de Administração das Empresas DME antes da divulgação do resultado final.



9. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

9.1 A divulgação do resultado do Programa de Patrocínios da DME 2026/2027 será feita no seguinte endereço: www.dmepc.com.br e deverá contemplar os projetos desclassificados, não selecionados e selecionados.

9.2 O resultado também será divulgado através do Diário Oficial do Município.

10. DO REPASSE FINANCEIRO

10.1 Após assinatura dos termos de compromisso de patrocínio, a DMED irá disponibilizar ao proponente selecionado a documentação relativa aos procedimentos junto ao órgão estadual competente, cabendo ao proponente as demais providências.

10.2 No caso de atingimento de limites orçamentários junto ao órgão estadual, o projeto selecionado e com termo assinado, poderá efetivar a captação no ano seguinte, mediante documento de prorrogação emitido pelo órgão competente.

10.3 O repasse financeiro será concedido mediante celebração de instrumento jurídico pertinente, a ser firmado entre o proponente e a DMED, conforme disponibilidade orçamentária.

10.4 Deverá ser aberta e informada, conta bancária específica e exclusiva para a execução do projeto aprovado.

10.5 O proponente com projeto aprovado, cujo valor a ser patrocinado seja inferior ao valor solicitado e apresentado no projeto original, deverá encaminhar e protocolar no prazo máximo de 15 (quinze) dias da publicação oficial citada no item 9.2, READEQUAÇÃO da planilha orçamentária, sob pena da não apresentação, no prazo estipulado, ser interpretada como desistência.

10.6 A patrocinadora poderá exigir relatório parcial de atividades a qualquer momento, durante a vigência do patrocínio.

10.7 O patrocinado se compromete a não promover alterações de qualquer natureza no projeto, sem a prévia e formal anuência da empresa patrocinadora.

10.8 O orçamento do projeto deverá contemplar a produção e veiculação de todos os materiais de comunicação do projeto, além de todas as tributações previstas em leis, inclusive as trabalhistas e de direitos autorais, respeitando os limites estabelecidos na lei de incentivo estadual. As Empresas DME não farão qualquer aporte de recursos adicionais relativos a custos que não foram previstos no ato de sua inscrição.



10.9 O efetivo pagamento dos recursos financeiros referentes ao patrocínio está condicionado, quando for o caso, à prévia concessão do benefício fiscal por parte do órgão responsável pela lei de incentivo, além da observância de todas as regulamentações específicas aplicáveis.

10.10 As Empresas DME poderão cancelar ou paralisar os processos de patrocínio relativos a projetos que se encontrem envolvidos em qualquer irregularidade, imoralidade ou conduta atentatória à ordem pública.

11. DO ACOMPANHAMENTO E DA COMUNICAÇÃO

11.1 A comunicação entre os proponentes e as Empresas DME será feita através da SECULT, que ficará responsável pelo acompanhamento do plano de divulgação, mídia, atividades e do incentivo fiscal.

12. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

12.1 A prestação de contas deverá seguir o que determina a lei estadual, com encaminhamento de cópia às Empresas DME, através da SECULT Poços de Caldas, com a devida comprovação de envio ao órgão competente estadual.

12.2 Fica sob responsabilidade do proponente o encaminhamento de relatório sempre que solicitado pela CAT ou pelas Empresas DME.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

13.1 A participação no Programa de Patrocínios DME 2026/2027 para Projetos Incentivados implica na responsabilização do proponente e/ou seu representante legal, pela veracidade das informações fornecidas.

13.2 A divulgação dos selecionados e a contratação do patrocínio somente será efetivada após a verificação do atendimento pelo projeto/proponente dos requisitos dispostos neste Regulamento, e outras necessárias que eventualmente forem requeridas pelas Empresas DME.

13.3 A não apresentação dos documentos e informações solicitadas no prazo definido implicará no cancelamento do patrocínio.

13.4 Projetos que estiverem com pendências não resolvidas num prazo de 30 (trinta dias), a contar da data de publicação dos resultados, observadas as disposições do item 4.3 e seus subitens, serão automaticamente considerados desclassificados. Neste caso os projetos com classificação subsequente poderão ser contemplados, a



critério da Comissão, respeitando rigorosamente a ordem de classificação e limites orçamentários.

13.5 O proponente deve ser o titular dos direitos relativos ao projeto inscrito no Programa de Patrocínios DME 2026/2027, conforme enquadramento na lei de incentivo estadual, sendo responsável também pela apresentação das eventuais autorizações e cessões de direitos de terceiros envolvidos na realização do projeto.

13.6 Os projetos selecionados somente poderão ser promovidos pelos meios de comunicação, com prévia aprovação das Empresas DME, através da SECULT.

13.7 As Empresas DME poderão divulgar os patrocínios e utilizar a qualquer tempo, imagens e produtos dos projetos patrocinados em sua comunicação institucional, por quaisquer meios, sem qualquer ônus, respeitadas as questões relativas aos direitos do autor e termos contratuais a serem firmados entre o projeto e a empresa patrocinadora.

13.8 Caso necessário, quando solicitado, cabe ao proponente e/ou representante legal providenciar readequações junto à SECULT, para o cumprimento do projeto.

13.9 A inscrição no programa de patrocínios implica na prévia concordância dos termos estabelecidos neste Regulamento.

13.10 Questões não previstas neste Regulamento serão decididas pela CAT, ouvida a Diretoria Executiva da DMED.

13.11 As informações fornecidas no formulário de inscrição e documentação serão utilizadas exclusivamente no âmbito desse programa de patrocínios.

13.12 A inscrição de projeto na presente seleção não gera direito à contratação, podendo, a critério exclusivo das Empresas DME, mesmo que selecionado, não ser objeto de futuro termo de patrocínio

13.13 Durante todas as etapas do projeto deverão ser atentamente observadas as cláusulas constantes do Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas DME, disponível no link: [http://www1.dmepec.com.br/portal/web/files/governanca/politicas/D2_Codigo de Condu ta Ética e Integridade.pdf](http://www1.dmepec.com.br/portal/web/files/governanca/politicas/D2_Codigo_de_Condu%CC%81ta_Etica_e_Integridade.pdf)

13.14 Dúvidas sobre o presente Regulamento poderão ser esclarecidas através do e-mail: secultpocos@gmail.com ou pelo whatsapp (35) 3697-2335.

13.15 O edital e seu cumprimento poderão passar por auditoria, à critério das Empresas DME, por meio de sua Auditoria interna.



Poços de Caldas, 10 de junho de 2026.

DME DISTRIBUIÇÃO S.A. - DMED

MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

*Edital e seus anexos encontram-se disponíveis para acesso no site:
www.dmepc.com.br

ANEXO I – CURRÍCULO PESSOA FÍSICA

ANEXO II – CURRÍCULO PESSOA JURÍDICA

ANEXO III – PLANILHA ORÇAMENTARIA PADRONIZADA

ANEXO IV – MINUTA TERMO DE COMPROMISSO DE PATROCÍNIO (ICMS)